

UMA EUROPA COM AMOS. NOTAS CRÍTICAS DE HISTÓRIA DE UMA ECONOMIA POLÍTICA*

João Rodrigues

Resumo: Partindo de algumas notas de história da economia política, focadas em ideias, interesses e instituições, argumenta-se que a integração europeia tem uma natureza neoliberal crescentemente vincada e analisam-se algumas das suas implicações de política económica. O neoliberalismo não é um *slogan*, mas sim um poderoso feixe de ideias, com uma prática teórica centrada na identificação das melhores escalas para promover um determinado tipo de capitalismo, crescentemente expurgado de concessões coletivistas. O europeísmo, a ideologia de que as melhores soluções políticas estão hoje na escala das instituições europeias, tem, particularmente entre os sectores socialistas, de se confrontar com alguns padrões gerados pela integração. Argumenta-se que o caso português pode, neste contexto, oferecer algumas indicações sobre as possibilidades e limites das várias escalas de atuação política.

Palavras-chave: neoliberalismo; integração; socialismo; alternativas.

INTRODUÇÃO

A Internacional, um dos hinos associado a todos os socialismos, proclama uma “terra sem amos”, a utópica hipótese emancipatória de uma terra livre de todas as formas de exploração e de opressão. A Europa foi um dos continentes onde

* Uma versão deste texto foi apresentada na Conferência *A Europa no mundo e o mundo na Europa: Crise e identidade*, realizada na Universidade do Minho, em junho de 2015. Agradeço a Rita Ribeiro, Sheila Khan e Vítor de Sousa pela oportunidade de aí discutir estas ideias e pelo estímulo à sua publicação. Todos os erros e omissões são da minha inteira responsabilidade.

esta luta adquiriu expressões mais realistas e organizadas no “breve século XX” (Hobsbawm, 1994). Hoje, pelo contrário, a Europa é uma terra com amos capitalistas bem poderosos, no contexto de uma integração com contornos pós-democráticos bem vinculados, graças à União Europeia (UE), em geral, e à Zona Euro, em particular.

Este contributo apresentará, através de breves notas críticas sobre a evolução histórica da economia política europeia, razões para desafiar alguns dos mitos ainda hoje enraizados num certo imaginário europeísta, como o de que a integração teria correspondido, ou poderia ainda vir a corresponder, a um enraizamento do chamado modelo social europeu, a uma igualização por cima das condições de vida, promovendo assim relações pacíficas, democráticas e fraternas, num quadro federal crescentemente democrático e pós-nacional.

Pelo contrário, a história da integração europeia é sobretudo a história da transferência de poderes democráticos dos Estados para instituições supranacionais esvaziadas de democracia; ou seja, a história da integração europeia é parte da história da inicialmente lenta, mas progressivamente acelerada, inscrição institucional do neoliberalismo em grande parte do continente. Isto aconteceu porque a escala europeia revelou ser a escala política ideal para muitas operações políticas das forças sociais capitalistas dominantes, estando as suas instituições cada vez mais bem calibradas para consolidar o poder disciplinador dos mercados sobre as classes populares e para promover a consolidação de regras que transferem recursos de baixo para cima, dos mais pobres para os mais ricos, e de dentro para fora, dos países devedores mais frágeis para os países credores mais fortes (Streeck, 2013).

Entretanto, é preciso desde já assinalar que as conquistas socioeconómicas dos de baixo, parte das multifacetadas lutas pela tal “terra sem amos”, dependeram, por seu turno, da intensificação da participação, associada à construção de Estados capazes e de correspondentes comunidades políticas com vínculos densos, com possibilidades de institucionalizar a primeira pessoa do plural, o tal “nós” com potencial emancipatório. Note-se também que estes processos parecem vedados à escala das instituições supranacionais europeias, devido à dependência em relação ao caminho percorrido pela integração, à forma como os arranjos institucionais europeus estão constitucionalmente trancados, às fraturas políticas criadas entre Estados, à inexistência de um sujeito sociopolítico progressista real a operar na escala europeia e ao viés neoliberal dos processos políticos supranacionais, de resto notavelmente antecipados, como veremos já de seguida, por Friedrich Hayek (1899-1992), um dos economistas políticos neoliberais mais importantes e perversamente brilhantes do século XX.

Se isto for assim, então há mesmo todo um trabalho intelectual e político de reavaliação das melhores escalas para recomeçar a construir uma Europa sem amos. Neste contexto, talvez seja melhor recomeçar pela escala nacional, onde ainda sobrevivem algumas práticas democráticas, sem ao mesmo tempo descurar o contágio e apoio internacional que apoie essa escala. Como se verá, a partir do caso português, no contexto da moeda única e do mercado único, a política só muito dificilmente pode deixar de ser única.

A lição que se deve retirar é que, se não forem os socialistas de vários partidos a ocupar o popular terreno nacional, em nome dos valores da soberania democrática estendida à economia, outras forças e outros programas o farão. Infelizmente, os socialistas têm desertado deste terreno, da Grécia ao Reino Unido, devido pelo menos em parte ao europeísmo. Assim, o retrocesso parece não ter fim.

ANTECIPAÇÕES DA ECONOMIA POLÍTICA NEOLIBERAL EUROPEIA¹

Em 17 de fevereiro de 2014, Vítor Gaspar, ministro das Finanças português entre 2011 e 2013 e atualmente alto quadro do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi entrevistado por Teresa de Sousa no *Público*. A certa altura da entrevista, Gaspar decidiu inverter os papéis e inquirir a jornalista: “Não sei se leu um artigo do Hayek, de 1939, que se chama *Economic Interstate Federalism*.” Teresa de Sousa respondeu: “Não. O único que li foi o *Caminho para a servidão*.” Gaspar aproveitou então para apresentar o caminho hayekiano que a integração europeia estaria, e na sua opinião bem, a percorrer:

“[Hayek] concluía, em 1939, que o sistema para assegurar a coesão de um espaço interestadual teria de ser baseado em regras e no funcionamento quase automático de políticas. Ora este funcionamento [...] é precisamente o caminho que estamos a seguir na Europa” (Gaspar, 2014).

O artigo de Friedrich Hayek, na realidade intitulado *The Economic Conditions of Interstate Federalism*, publicado em 1939 e republicado em 1948, já tinha sido referido por Vítor Gaspar, em anterior intervenção pública, como “um dos meus artigos favoritos em economia”, já que aí teria sido apresentado “o sistema de governança económico que corresponde à existência de um mercado

¹ Esta análise do federalismo neoliberal de Hayek reproduz o essencial do argumento desenvolvido em Rodrigues (2019).

único”, sendo “absolutamente notável que Hayek tenha escrito sobre isso em 1939, muitos anos antes de ter começado o debate que levou à assinatura do Tratado de Roma” (Gaspar, 2007)².

Em linha com outros federalistas, Hayek (1948) via na integração supranacional, pela unificação monetária e pela unificação dos mercados, um meio privilegiado para, a prazo, voltar a inscrever o liberalismo económico nas dinâmicas de um capitalismo expurgado das tendências ditas coletivistas e que estavam então a tornar-se dominantes a nível nacional. E isto no quadro da emergente abordagem de economia política neoliberal, saída dos escombros da teoria económica liberal enterrada durante várias décadas pela Grande Depressão iniciada em 1929 (Hobsbawm, 1994).

Hayek (1948) considerava que, se aceitassem um mercado único e uma moeda única, os Estados prescindiriam de atributos de soberania económica, de instrumentos de política económica criadores de fronteiras, da política comercial à política monetária, passando por outras formas de controlo político dos preços. Ao mesmo tempo, os instrumentos de política que os Estados ainda reteriam, num quadro de regulação relativamente assimétrica, seriam muito limitados no seu alcance e estariam, de qualquer forma, fortemente condicionados³. Este condicionamento radicaria na possibilidade de fuga de capitais e de pessoas, quando confrontados, entre outros, com uma política fiscal ou regulatória estatal demasiado onerosa: assim, “a maior mobilidade entre Estados levá-los-ia a evitar todas as formas de taxaço” fomentadoras de fugas (Hayek, 1948, p. 260). Gerar-se-ia então uma “concorrência” entre Estados, procurando seduzir capitalistas e trabalhadores, sobretudo os primeiros, sempre mais móveis e capazes de arbitragem. Hayek considera que este processo seria altamente salutar em termos das suas implicações de política,

² Na realidade, Vítor Gaspar está muito longe de estar sozinho na justa apreciação que faz da influência do artigo de Hayek no pensamento sobre a economia política da integração europeia, já que dispomos, desde há vários anos, de literatura sobre o tema. Veja-se, por exemplo, como um historiador assumidamente neoliberal – Gillingham (2003) – e um historiador assumidamente marxista – Anderson (2009) – convergem nesta apreciação da influência de Hayek em figuras tão cruciais na integração como o ordoliberal Ludwig Erhard na República Federal Alemã (RFA), a seguir à Segunda Guerra Mundial, ou Margaret Thatcher no Reino Unido, uma das forças por detrás do Ato Único europeu, na segunda metade da década de 80.

³ Por regulação assimétrica entenda-se, seguindo Holman (2004), o processo através do qual a integração está associada a uma transferência seletiva de instrumentos de política da escala nacional para a escala supranacional, produzindo determinados efeitos constrangedores na mobilização dos instrumentos que permanecem na esfera nacional. Tendo sido elaborado para descrever a mecânica da União Europeia, este termo pode ser, não por acaso, usado para compreender o pensamento de Hayek neste campo.

dado o seu viés estrutural, chegando ao ponto de confessar ser demonstrável, “pela experiência das federações existentes, que mesmo a legislação restritiva do trabalho infantil e dos horários de trabalho torna-se difícil de levar a cabo pelos Estados individuais” (Hayek, 1948, p. 260).

Uma das implicações do esvaziamento dos poderes estatais seria então o correspondente esvaziamento do poder dito monopolista das “organizações nacionais, sejam elas sindicatos ou cartéis”, da sua capacidade para moldarem as políticas dos Estados (Hayek, 1948, p. 261). Este esvaziamento de poder à escala nacional dificilmente poderia ser compensado à escala supranacional. A questão crucial é a seguinte: porque é que para Hayek seria virtuosamente difícil, senão mesmo impossível, recriar, ao nível da União, o mesmo tipo de políticas protecionistas, redistributivas, com implicações socializantes, existentes à escala nacional? O mecanismo identificado é a ideologia do nacionalismo. Este será sempre para Hayek o cimento primordial de todos os coletivismos, incluindo do socialismo (Hayek, 1944/2009). Ao nível supranacional, esta ideologia está ausente. E, ponto que não é suficientemente sublinhado na literatura secundária, esta ausência combina-se com a diluição do sentimento comunitário nacional pela falta de instrumentos de política, de instituições económicas, que o sustentem na escala onde este se encontra: é como se Hayek esperasse que o músculo político do nacionalismo atrofiasse por falta de exercício económico.

Dada a maior heterogeneidade da União, mas também a maior desigualdade de níveis de desenvolvimento entre regiões ricas e pobres e entre grupos ricos e pobres, tornar-se-ia mais difícil um acordo em matéria tarifária ou um acordo em matérias relacionadas com a proteção social na escala supranacional da moeda e dos mercados unificados. As implicações desta dificuldade são claras: a União seria um fator de integração económica liberal não só entre as unidades que a constituem, mas também entre estas e o exterior. Por outro lado, os níveis de proteção, em matéria social e laboral, por exemplo, existentes à escala nacional seriam agora condicionados pelas dinâmicas concorrenciais acima fixadas, o que levaria à sua erosão, bem como à erosão do Estado fiscal de base nacional, numa espécie de virtuosa corrida para o fundo⁴.

⁴ Numa demonstração dos seus enviesamentos ideológicos, Hayek nem se dá ao trabalho de vislumbrar, e refutar, a possibilidade de o desenvolvimento desigual, porventura gerado neste quadro institucional pelas forças de mercado, dar origem a uma multiplicação das tensões internacionais. Serão, entre outros, economistas keynesianos a chamar a atenção para esta possibilidade realista, como se verá.

Podemos então dizer que, para Hayek, a federação possível só poderia ser economicamente liberal. Só esta seria capaz de oferecer um conjunto de regras conformes à expansão das forças de mercado, a chamada integração negativa, e, ao mesmo tempo, bloquear acordos sobre políticas ativas, ditas positivas, capazes de moldar ou de limitar a ação das forças de mercado, a chamada integração positiva. Assim, entregar-se-iam instrumentos fundamentais de política, como a moeda, desligada das finanças públicas, a instituições supranacionais idealmente protegidas do escrutínio democrático, tudo num quadro de regras supranacionais constrangedoras e de desníveis de desenvolvimento que tornam impossíveis os acordos socialistas nas políticas na escala da integração. É por isso que o economista político crítico Wolfgang Streeck defende, numa detalhada análise do artigo de Hayek (1948), que “ninguém verbalizou [...] tão cedo e de forma tão clara” o nexo “entre internacionalização e desnacionalização, por um lado, e liberalização, por outro” (Streeck, 2013, p. 153). O neoliberalismo é desde o início um projeto intelectual de engenharia política ao serviço de uma reconfiguração institucional antissocialista, mobilizando a escala supranacional como uma opção para este objetivo estratégico (Rodrigues, 2020). Uma das diferenças em relação ao liberalismo clássico está na consciência aguda de que uma ordem de mercado teria de ser deliberadamente construída e de que o discurso naturalista sobre a ordem espontânea pertenceria ao domínio da ideologia, ou seja, da ofuscação deliberada (Mirowski, 2009).

O NEOLIBERALISMO EUROPEU É UM PROCESSO DE LONGO CURSO

A economia política da integração europeia deixaria de ser um projeto para passar a ser uma realidade emergente a seguir à Segunda Guerra Mundial, num contexto de Guerra Fria, muito graças ao impulso dos Estados Unidos da América (EUA), na sombra económica do chamado Plano Marshall e militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). No quadro desta hegemonia e no seguimento do impulso também dado pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), vista por muitos como uma renovada expressão dos interesses das frações europeias do capital monopolista em gestação no período de entre as guerras (Kniajinski, 1988), o Tratado de Roma gerou desde logo ampla contestação. Esta foi particularmente intensa entre forças de esquerda, não apenas de orientação marxista, em linha com o que seria uma constante maioritária neste campo pelo menos até aos anos 70 (Moss, 2005). Por exemplo, o antigo Primeiro-Ministro francês e figura de referência da resistência ao nazi-fascismo, Pierre Mendès France, em pleno

debate na Assembleia Nacional francesa sobre o Tratado de Roma, criticou o projeto, lançando um “alerta sonoro e atual”⁵:

O projecto do mercado comum, tal como nos foi apresentado, é baseado no liberalismo clássico do século XIX, segundo o qual a concorrência pura e simples resolve todos os problemas. A abdicação de uma democracia pode ser conseguida de duas formas, ou pelo recurso a uma ditadura interna concentrando todos os poderes num único homem providencial, ou por delegação desses poderes numa autoridade externa, a qual, em nome da técnica, exercerá na realidade o poder político, que em nome de uma economia saudável facilmente irá impor uma política orçamental, social e finalmente uma política.

A mudança de escala do projeto de integração pelos mercados nunca seria neutra do ponto de vista das suas implicações socioeconómicas e políticas a prazo, bem como não seria neutra na origem dos seus protagonistas. Numa análise histórica e sociológica da “economia (muito) política do Tratado de Roma”, Denord e Schwartz (2010, p. 38) sublinharam precisamente que, para lá de forças sociais capitalistas, e com relativa autonomia em relação a estas, os protagonistas intelectuais e políticos centrais do arranque da Comunidade Económica Europeia faziam parte de um preexistente “grupo transnacional, unido de longa data pela sua adesão ao liberalismo e ao combate europeu”; um grupo que tinha na *Mont Pèlerin Society*, fundada por Hayek, em 1947, um dos seus múltiplos esteios intelectuais.

Numa história que não foi linear, a integração europeia acabou por cumprir cabalmente uma das suas funções, num quadro de Guerra Fria e de afirmação do ordoliberalismo, uma versão alemã do neoliberalismo⁶: garantir a anulação

⁵ As palavras são do saudoso historiador e dirigente político José Medeiros Ferreira (1942-2014), no seu último livro, de onde a citação de Pierre Mendès France também é retirada (Ferreira, 2014, p. 97).

⁶ O ordoliberalismo alemão, com as suas referências originais à “economia social de mercado”, é uma das correntes principais do “coletivo intelectual neoliberal” do Pós-Guerra (Ptak, 2009). O conceito de “economia social de mercado” não está originalmente relacionado com o Estado-Providência, tal como muitos socialistas o entendem. Trata-se antes da aposta intelectual e política, segundo a qual uma economia capitalista concorrencial em expansão, bem ordenada juridicamente, produz as melhores consequências sociais. Os ordoliberais tenderam a distinguir-se teoricamente, entre outras dimensões, no aprofundamento da ideia de que o capitalismo é uma construção política e regulatória, com toda a ambiguidade política deste último termo. É necessário um soberano forte, acima dos chamados grupos de interesse, que garanta a manutenção da sempre ameaçada concorrência mercantil como princípio económico estruturante. Isto e a ideia de uma economia moral sem neutralidades, conservadora: o ideal ordoliberal de uma comunidade pequeno-burguesa, empresarial, moral e socialmente sã, uma “vitalpolitik”.

dos socialismos, de todos eles, atenuando fortemente os efeitos socioeconômicos da reconstrução à escala nacional de uma democracia forte, por um lado, e assegurando a criação de um dispositivo político supranacional ao qual as elites pudessem recorrer para as auxiliar no lento trabalho político de construção de formas de concorrência que transcendessem e condicionassem a ação dos Estados democráticos nacionais, por outro lado. Desconfiados das massas e dos efeitos potencialmente totalitários da sua entrada irrestrita na política nacional, a integração europeia foi desde o início pensada, pelos seus instigadores neoliberais e conservadores, de Jean Monnet a Robert Schuman, passando por Alcide de Gasperi, Luigi Einaudi, Konrad Adenauer ou Ludwig Erhard, como uma “forma de colocar barreiras às democracias nacionais através de instituições não eleitas” (Müller, 2011, p. 5). E este objetivo inicial foi sendo realizado pela institucionalização e progressivo reforço, tantas vezes furtivo, de uma Comissão Europeia (CE) guardiã da concorrência ou do agora designado Tribunal de Justiça da União Europeia, ainda muito antes da criação do todo-poderoso Banco Central Europeu (BCE)⁷.

Sem descurar as dimensões ideológicas e institucionais, antes as ancorando material e historicamente na dinâmica dos conflitos sociais, Moss (2005, p. 24) afirmou, nos seus notáveis contributos para uma história da integração, que, “construída em torno dos princípios do mercado concorrencial e suportada primeiramente pelo patronato, em especial pelos grandes exportadores e pelas multinacionais, a Comunidade Económica Europeia [CEE] só podia desenvolver-se numa direção neoliberal”. A consciência deste potencial pode ajudar a explicar porque é que, entre os anos 50 e os anos 60, a CEE era

A ideia de uma regulação conforme à expansão do mercado marcou, por via das elites alemãs que participaram desde o início na integração europeia, a construção europeia, protegida de incursões democráticas excessivas e sem veleidades keynesianas. Sobre o ordoliberalismo, em geral, e sobre a sua influência ao longo da construção europeia, em particular, veja-se também Gerber (1994) e Bonefeld (2012).

⁷ Delaume (2014), numa análise crítica do pós-democrático constitucionalismo jurisprudencial europeu, argumentou que o economicismo e o legalismo têm andado de mão dada na construção neoliberal da integração, em particular na sua dimensão mais furtiva. Isto foi assim sobretudo a partir da afirmação pelo Tribunal de Justiça Europeu, nos anos 60, dos princípios do efeito direto e do primado do direito europeu sobre as ordens jurídicas nacionais, o que tanto contribuiu para o reforço da integração pelos mercados. Na realidade, como as obras de Hayek e dos seus aliados ordoliberais atestam, a economia política neoliberal, devotada à construção de instituições para proteger os mercados da democracia, sempre fez esta ligação entre economicismo e legalismo. O neoliberalismo, nunca é de mais repeti-lo, não é uma insistência no *laissez-faire*, mas antes o pensamento sobre uma construção regulatória conforme ao alastramento do poder dos mercados no capitalismo, protegendo-os de incursões regulatórias igualitárias e democráticas.

predominantemente vista em amplos círculos sociais-democratas como um “clube capitalista”, para mobilizar a fórmula usada pela maioria do Partido Trabalhista até pelo menos aos anos 70, com implicações problemáticas para a democracia, como de resto atesta o alerta de Pierre Mendès France já acima referido. Do diagnóstico de Olof Palme, a norte, sobre os “quatro C” da CEE – “conservadora, capitalista, clerical e colonialista” (citado em Moss, 2005, p. 5) –, ou do de Andreas Papandreou (1977, p. 12), a sul – “a CEE é o mecanismo de consolidação da dominação do capitalismo americano-alemão na Europa” –, a tendência é clara e permite desde já identificar um dos paradoxos políticos centrais da história da relação de parte da social-democracia com a integração europeia: tendencialmente, os partidos sociais-democratas, e mesmo alguns dos partidos comunistas e pós-comunistas, tornaram-se resolutamente europeístas na fase neoliberal da integração nos anos 80, tendo tido fortes inclinações eurocéticas até aos anos 70, na fase em que a integração neoliberal pelos mercados construídos era menos vigorosa, dado o ponto de partida de um processo histórico em desenvolvimento.

Creio que vale a pena atentar nas razões pelas quais o ponto de partida deste processo de integração, e mesmo alguns dos seus momentos posteriores, permitiu que durante algumas décadas a sua essência neoliberal fosse justificadamente opaca para muitos. Embora talvez um pouco exagerada, a formulação do historiador Tony Judt resume parte das razões ideológicas: “por volta de 1945, eram muito poucos os que acreditavam na magia do mercado” (Judt, 2010, p. 55). De facto, e num contexto onde se faziam sentir os efeitos económicos e políticos combinados da Grande Depressão, na década de 30, e sobretudo da Segunda Guerra Mundial, qualquer reconstrução espontânea do capitalismo seria sempre uma miragem no pós-guerra. E qualquer reversão do padrão de desglobalização económica, entretanto registado, teria de ser feita de forma lenta e gradual, pelo menos nas suas fases iniciais (Frieden, 2006). Isto era tanto mais assim quanto os socialismos estavam, devido ao seu papel na derrota do nazi-fascismo, no auge da sua força social e do seu prestígio internacional, em especial na sua variante comunista soviética. O Plano Marshall, por exemplo, é inexplicável fora deste contexto, ou seja, fora da necessidade de conter o socialismo, favorecendo neste processo uma maior cooperação e integração entre os fragilizados capitalisms europeus e entre estes e o então absolutamente hegemónico capitalismo norte-americano. O Plano Marshall incluía, para lá do auxílio financeiro direto aos capitalisms europeus, a criação, em 1948, de instituições, como a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), ou o perdão da dívida a países

estrategicamente essenciais, como a República Federal Alemã, então na fronteira da Guerra Fria europeia⁸.

Entretanto, no contexto do emergente sistema de Bretton-Woods, instituiu-se o padrão dólar-ouro, um novo sistema monetário internacional, iniciando-se um período de relativa estabilidade financeira internacional, graças também ao facto de estarem generalizados nas economias capitalistas avançadas os controlos nacionais à entrada e saída de capitais, parte de uma regulação intrusiva mais vasta do sistema financeiro, que evitou crises financeiras durante três décadas⁹. Estávamos então em plena economia política keynesiana, em pleno “liberalismo incrustado” (Ruggie, 1982): os Estados capitalistas europeus tinham vontade e progressiva capacidade para desempenhar papéis de regulação, redistribuição e estabilização sem precedentes históricos no seu alcance, o que se traduziu em muitos deles na transformação dos ganhos de produtividade em procura salarial. Os Estados sociais, na sua dimensão de política económica orientada para o objetivo de pleno emprego, são parte desta história, respondendo, após a Segunda Guerra Mundial, como sublinhou Mazower (1998), a um desejo generalizado de mudança, mas igualmente de segurança e estabilidade sociais¹⁰.

⁸ Curiosamente, e num sinal de esgotamento da imaginação socialista, muitos intelectuais progressistas invocam hoje o Plano Marshall, essa internacionalização do Estado capitalista norte-americano saído do *New Deal*, em modo de analogia histórica idealizada, como forma de resolver a presente crise europeia, apelando à razoabilidade das elites do poder europeu. Numa ótica realista no campo internacional, é preciso dizer que a razoabilidade, o interesse próprio esclarecido, das elites parece requerer ameaças e instrumentos de poder à altura. Colocando o enfoque nas primeiras, é necessário perguntar: será que há hoje algo de equivalente ao espectro do comunismo, aos fortíssimos partidos comunistas em Itália ou em França, às guerrilhas comunistas na Grécia ou aos tanques soviéticos estacionados em Berlim?

⁹ Isto permitiu conciliar, até aos anos 70, taxas de câmbio relativamente estáveis, mas ajustáveis em função dos desequilíbrios nacionais de balança corrente, controlos de capitais e relativa autonomia na condução nacional das então imbricadas políticas monetária e orçamental.

¹⁰ É necessário, também por uma questão de rigor histórico, falar de Estados sociais europeus no plural, dada a diversidade de um conjunto de arranjos que assentou sempre na dinâmica de economias políticas nacionais bem específicas. Neste sentido é mais do domínio do truque ideológico falar de “modelo social europeu”, como se alguma vez tivesse existido na escala da integração europeia algum processo consequente de institucionalização de direitos ou de políticas associadas à socialização da provisão. Basta pensar na escala em que sempre esteve o Estado fiscal. Dito isto, e seguindo Ramaux (2012), é possível definir quatro pilares que o Estado social na sua versão mais avançada e completa assumiu enquanto sistema coerente à escala nacional: para lá do já referido objetivo de pleno emprego, temos a regulação do trabalho, que reconheceu, através do direito e da ação sindical, que este não deve ser tratado como uma mercadoria, a provisão subsidiada, tendencialmente gratuita, de bens e serviços públicos e um conjunto de prestações sociais de proteção face a diversas contingências.

Tendo por base a ideia de que o capitalismo sempre requereu freios e contrapesos reais, alternativas que o desafiassem e impusessem mudanças nas suas formas, sublinhe-se neste contexto um outro paradoxo só aparente e para o qual vários historiadores, em especial Hobsbawm (1994), chamaram a atenção: o poderoso incentivo que o comunismo forneceu para a reforma dos capitalismos europeus e, portanto, para a sua resiliência, que seria de resto testada entre o final dos anos 60 e a segunda metade dos anos 70 por classes trabalhadoras irritadas. Esta maior capacidade inclusiva dos capitalismos do pós-guerra permitiu a sua temporária conciliação com uma prática democrática, certamente balizada e limitada, mas também sem precedentes históricos no seu alcance. Conjuntamente com a estabilização territorial proporcionada pela Guerra Fria no continente, que reconfigurou a lógica das rivalidades intraeuropeias, e com o descrédito dos vários imperialismos de base colonial, formal ou informal, ocasionado pelas duas guerras e pelos emergentes nacionalismos anti-imperialistas a sul, estes capitalismos temporariamente mais democráticos explicam a paz entre antigos rivais, em especial a França e a dividida Alemanha. A integração europeia é uma nota de rodapé de uma história bem mais vasta no que à pacificação do continente diz respeito¹¹.

Um dos mais influentes historiadores económicos da integração europeia considerou, em modo de balanço feito em 1992, que a integração só pode ser compreendida como parte de um aparentemente paradoxal “resgate” dos Estados nacionais (Milward, 1992). Os Estados eram colocados no coração das dinâmicas da integração, com base numa divisão de trabalho que se havia revelado funcional: Estados sociais de base nacional, por um lado, e intensificação europeia dos fluxos económicos sob seu comando regulatório, por outro. As dinâmicas federalistas, mais ou menos funcionalistas, seriam secundárias nesta história, bem como as mitologias sobre os pais-fundadores. É verdade que o essencial da economia política keynesiana em vigor em muitos países capitalistas europeus até aos anos 70 foi compatível com a CEE, mas é importante reconhecer, como ficou patente a partir daí, que esta compatibilidade

¹¹ Na exaltação propagandística das responsabilidades da integração pela pacificação do continente, encontramos a mesma imaginação que fez do nacionalismo, no singular, o responsável pelas guerras. O nacionalismo é um fenómeno muito variado e tem de incluir os nacionalismos anti-imperialistas e antifascistas que derrotaram o nazi-fascismo, do patriotismo soviético ao francês. As rivalidades inter-imperialistas e as crises brutais do capitalismo liberal, combinadas com políticas de austeridade, foram responsáveis, respetivamente, pela Primeira Guerra Mundial e pela ascensão do nazismo ao poder na Alemanha dos anos 30, ou seja, pela Segunda Guerra Mundial. O nacionalismo tem assim as costas demasiado largas.

foi função da relativa modéstia inicial da integração, num contexto do que era pouco mais do que uma união aduaneira. Esta implicava a remoção de barreiras tarifárias ao comércio entre países com níveis de desenvolvimento similares, mas os mercados de capitais permaneciam politicamente controlados e a barganha entre Estados no quadro europeu admitiu, no campo da energia e da agricultura, por exemplo, algumas intervenções de proteção, como as que estiveram associadas à Política Agrícola Comum (PAC) (Bieling, Jäger & Ryner, 2016).

AS CRISES SÃO OPORTUNIDADES

A crise dos anos 70 funciona, revisitada mais de quatro décadas depois, como um processo revelador da natureza da integração, a partir do momento em que esta atingiu um certo limiar, em termos de interdependência pelo comércio, pelo investimento e pelas políticas, funcionando, quando combinada com um emergente quadro monetário europeu constrangedor, como um poderoso mecanismo de conformação. A crise dos anos 70 teve dimensões conhecidas: fim unilateral do Sistema de Bretton-Woods, decretado pela Administração Nixon nos EUA para poder usar a desvalorização do dólar como mecanismo de ajustamento; choques petrolíferos, num contexto geral de assertividade do Terceiro Mundo, em 1973 e 1979; aumento da conflitualidade social nos capitalismo democráticos, traduzida num pico histórico de greves, num contexto de pleno emprego, assertividade sindical e aumentos dos preços.

O resultado geral não foi uma crise como a Grande Depressão, mas antes uma combinação de estagnação e de inflação, a “estagflação”, que comprimiu os lucros e os rendimentos financeiros, o chamado *profit squeeze* (Glyn, 2006). Na esfera monetária internacional, o resultado foi um aumento da turbulência cambial: o dólar deixou de funcionar como âncora do sistema, e os capitais começaram a circular de forma mais intensa à escala internacional. Entretanto, desde o final da década de 60 que os membros da CEE discutiam como avançar na integração monetária e financeira. Estas discussões culminariam, neste período turbulento, na criação, em 1979, do Sistema Monetário Europeu (SME), sob hegemonia do marco alemão, a moeda mais forte neste contexto e que seria a âncora deste sistema monetário regional de gestão das taxas de câmbio entre países já fortemente muito integrados, graças à PAC, ao comércio e ao investimento. É preciso não esquecer que 1979 foi também o ano em que os EUA, através da sua Reserva Federal, decidiram patrocinar o chamado “golpe de estado dos credores”, subindo as taxas de juro de forma brutal para

combater a inflação (Fitoussi, 1997). Esta foi, dos dois lados do Atlântico, sobretudo combatida através de uma compressão do crescimento do salário direto e indireto; tentava-se propiciar novas condições para uma recuperação dos rendimentos do capital, num contexto de maior desemprego – logo, de maior disciplina laboral –, sinalizando-se a entrada num período de política económica monetarista, antikeynesiana, à escala internacional, embora com variações regionais relevantes¹².

O SME pode ser então visto como a expressão no continente do esforço para criar pressões desinflationárias, através do reforço da submissão do mundo do trabalho, impondo sobre este os custos do ajustamento, ao mesmo tempo que se procura reforçar a integração, rumo a uma maior união económica e monetária. A partir do momento em que se aposta num sistema centrado no historicamente ortodoxo Banco Central Alemão, o *Bundesbank*, e em que se inicia um processo gradual de remoção dos controlos de capitais, dando maior poder à finança, a política monetária passa a estar mais vocacionada para servir o ressurgente capital financeiro. Em especial em países, como a França ou a Itália, com classes operárias mais rebeldes e que sempre tinham tido necessidade de recorrer, entre outros instrumentos, à desvalorização cambial para realizarem ajustamentos, a prioridade agora era a desinflação competitiva. Esta exigia disciplina monetária e a instituição progressiva de um regime laboral de baixa pressão salarial para manter a economia competitiva num contexto de maior concorrência internacional: austeridade e reformas neoliberais dos mercados de trabalho e de produto, combinadas com maiores taxas de desemprego, fruto da política económica associada a uma maior integração monetária, passam a estar na agenda.

¹² No contexto da CEE, já com o Reino Unido como membro, 1979 foi também o ano em Margaret Thatcher chegou ao poder, sendo o impacto dessa chegada significativa para explicar iniciativas neoliberais de cabal realização do projeto previsto no Tratado de Roma, como o Ato Único de 1986. Note-se que os conservadores britânicos foram os mais acérrimos defensores da entrada e permanência do Reino Unido na CEE, aquando do referendo de 1975, contando esta com a oposição de dois terços dos militantes trabalhistas. Jeremy Corbyn, parte da tradição eurocética, liderou, até à recente derrota eleitoral, um Partido Trabalhista de novo com um programa socialista, mas incapaz de compreender que a UE seria sempre um obstáculo de monta à sua concretização. Também por isso, a promessa de respeitar a vontade popular traduzida no *Brexit*, feita com sucesso nas legislativas de 2017, deveria ter sido mantida em 2019. Não o foi, dado que o partido optou pela proposta de fazer um segundo referendo, replicando hábitos europeus de realizar consultas até dar o resultado certo ou então de as ignorar totalmente. O resultado, em Inglaterra, foi a deserção de importantes segmentos das classes trabalhadoras para um Partido Conservador com uma liderança que soube interpretar a vontade soberana nesta crucial matéria. O europeísmo destruiu, uma vez mais, as bases sociais de qualquer programa de mudança.

No início da década de 80, era claro para todos que este regime económico e monetário, com escala europeia, colocava as forças socialistas perante dilemas insuperáveis: “Estou dividido entre duas ambições: construir a Europa e instituir a justiça social. O SME é necessário para alcançar a primeira, mas limita a minha capacidade para alcançar a segunda” (Mitterrand citado em Durand, 2014, p. 48). Assim falava, em 1983, o Presidente socialista francês, François Mitterrand, eleito em 1981 no contexto de um governo das esquerdas (socialistas, comunistas e radicais), na esteira do chamado Programa Comum, com propósitos radicalmente keynesianos e socializantes, consubstanciados numa das últimas vagas de nacionalizações num país desenvolvido, a de 1982. Um ano depois, em 1983, este governo foi confrontado com fortes pressões especulativas sobre o franco e com duas opções: ou reforçava os controlos de capitais e abandonava o SME para poder desvalorizar livremente a moeda, pondo eventualmente em causa a CEE, como de resto defendiam então os seus aliados comunistas, ou operava uma viragem e seguia uma política dita de rigor, ou seja, de austeridade. A viragem para a austeridade ganhou dentro do governo, graças, entre outros, ao ministro das Finanças, Jacques Delors, precisamente em nome da construção europeia à qual o SME estava vinculado. Beneficiando da sua experiência como economista político e ministro das Finanças grego em 2015, durante um breve e revelador período, Varoufakis (2016, p. 136) definiu criticamente a escolha, feita em 1983, sob a forma de um paradoxo que não cessaria de se aprofundar daí em diante: “aderir à austeridade como um meio para acabar com ela à escala europeia”. O paradoxo da história da social-democracia, já atrás referido, estava a emergir num tempo de duradoura hegemonia neoliberal: a austeridade teria escala europeia, já que nunca se reverterá na escala supranacional o que tiver sido perdido na escala nacional.

Para melhor compreender este tempo, talvez seja útil recuar um pouco e atentar na forma espantosamente presciente como Nicolas Kaldor, o mais importante economista keynesiano britânico da altura, colocou a questão em 1971, na véspera da adesão do seu país ao “Mercado Comum”:

Um dia, as nações da Europa podem estar prontas para fundir as suas identidades nacionais e criar uma nova nação europeia – os Estados Unidos da Europa. Se e quando o fizerem, um governo europeu terá de assumir as funções que o governo federal hoje em dia assume em países como os EUA, o Canadá ou a Austrália. Isto implica a criação de uma “união económica e monetária plena”. No entanto, é um erro perigoso acreditar que uma união económica e monetária pode preceder

a união política [...]. Isto é assim porque, se a criação da união monetária e o controlo comunitário dos orçamentos gerarem pressões que levem ao colapso do sistema, então impedirão a criação da união política, ao invés de a promoverem. (Kaldor, 1978, p. 206)

Kaldor escrevia em reação ao chamado Plano Werner, de 1970, que lançou as discussões sobre o reforço da unificação económica e sobre os termos da unificação monetária, ainda com laivos programáticos keynesianos, de resto por si considerados muito insuficientes. Kaldor chamava a atenção para o seguinte: uma moeda requer um Estado soberano prévio no território em causa. Este Estado federal teria de estar dotado de capacidades orçamentais plenas na escala da moeda, incluindo a possibilidade de financiamento monetário por parte do Banco Central e a emissão de dívida pública nessa escala, por forma a conseguir compensar, pela redistribuição entre regiões, os eventuais desequilíbrios cumulativos gerados pelos mercados. Os instrumentos de política económica nacional, incluindo a política cambial, desaparecidos nessa escala teriam de ser resgatados pela escala superior. Caso contrário, a integração económica e monetária seria feita apenas pelos mercados, como Hayek (1948) de resto pensava que deveria ser feita. Segundo Kaldor, tal processo geraria fenómenos de polarização económica significativos e politicamente destrutivos. Para Kaldor, sensatamente, é o Estado soberano, como parte dos seus atributos, que cria e gere a moeda, que pilota uma economia monetária de produção desenvolvida, e não a moeda que gere e cria as dinâmicas de integração política. Infelizmente, entre a tradição de Keynes e a de Hayek, seria a segunda a triunfar agora, acompanhada, no campo da política monetária e não só, pelos seus aliados da Escola de Chicago, do monetarismo de Milton Friedman e de Friburgo, o berço do ordoliberalismo alemão; e isto para sublinhar algumas fontes ideológicas da vigorosa aceleração do projeto de integração como resposta aos turbulentos anos 70.

Na década de 70, feita de todas as bifurcações, destaca-se um diagnóstico que se tornaria dominante entre certas elites e segundo o qual as democracias desenvolvidas estavam a ser marcadas por uma perigosa sobrecarga de exigências sociais e democráticas, com “rígidas” traduções institucionais, que haveria que reduzir, até para recuperar o vigor económico capitalista (Monedero, 2012): o diagnóstico económico da “euro-esclerose” pode ser reinterpretado como uma declinação específica desta análise mais geral. Esta “euro-esclerose” seria combatida, tendo por base o que alguns apodam de “segundo projeto da integração” abertamente neoliberal (Cafruny & Reyner, 2007), do Ato Único

ao Euro, passando pelo Tratado de Maastricht, que proscreveu em definitivo o keynesianismo no continente.

O Ato Único de 1986, como sublinha Gillingham (2003), foi a grande obra política de Thatcher, com os seus Comissários Europeus britânicos da área da concorrência na poderosa Comissão presidida por Jacques Delors, desencadeando até à década de 90 e para lá dela uma onda de uniformização regulatória liberalizadora e conforme à expansão das forças de mercado, em especial dos mercados financeiros. Para compreender a aceleração neoliberal da integração, é preciso ter em atenção o contexto histórico mais geral, condensado num ano: 1989. No ano em que se assiste ao início do colapso rápido do socialismo a leste, desaparecendo assim um dos freios e contrapesos à expansão capitalista e acentuando-se a crise de todos os socialismos, podemos assinalar três documentos que resumem o espírito da época: a sistematização do Consenso de Washington, pelo economista John Williamson numa conferência realizada nesse ano (Williamson, 1990), expondo de forma apologética a política, de aplicação universal, para o desenvolvimento do capitalismo neoliberal; a ousada tese do fim da história, exposta pelo cientista político neoconservador Francis Fukuyama (1989), segundo a qual o capitalismo dito demoliberal seria o horizonte intransponível da evolução histórica; e o mais prosaico, mas não menos relevante, relatório Delors sobre o conseqüente caminho para a moeda única, agora que o mercado único europeu estava a ser institucionalizado (Comissão Europeia, 1989). É possível dizer que o fim da história parece ser uma daquelas profecias que se autorrealizam institucionalmente no continente, através da inscrição do Consenso de Washington em Bruxelas prevista no relatório Delors e confirmada pelo Tratado de Maastricht, que institui a União Europeia centrada na União Económica e Monetária (UEM): a direção da integração estava agora confirmada. Vejamos porquê, antes de explorar alguns dos seus resultados e de ver como a história, no sentido da produção de alternativas sistémicas, fixada de forma pertinente por Fukuyama, pode ser retomada (Rodrigues, 2018).

Vale nesta altura a pena referir, na esteira de anteriores trabalhos (Reis, Rodrigues, Santos & Teles, 2014; Rodrigues, Santos & Teles, 2016), o seguinte: as explicações que sublinham a dimensão funcionalista e intergovernamental na base da União Económica e Monetária têm de ser pelo menos complementadas, senão mesmo revistas, por uma explicação que enfatize as forças sociais em presença, os seus objetivos de classe e as ideologias mobilizadas nesse período da história. O argumento funcionalista, presente na fórmula “um mercado, uma moeda”, enfatiza a forma como os passos dados no reforço da integração

com o Ato Único, incluindo a livre circulação de capitais, geraram uma cadeia de reações supranacionais que favoreceram novos passos tendentes a reforçar a estabilidade cambial, incluindo o passo mais radical, ou seja, a eliminação das diferentes moedas. Este argumento não explica, no entanto, a forma que a UEM acabou por assumir. Para isso, ajuda introduzir o argumento intergovernamental, a partir da análise breve do posicionamento das duas potências europeias decisivas neste processo: a França e a Alemanha. Se é verdade que o projeto da moeda única já estava a ser discutido seriamente antes da reunificação alemã, na ótica das elites francesas, esta grande transformação geopolítica deu-lhe uma nova urgência. O objetivo era duplo: ancorar a nova Alemanha ao processo de integração e poder vir a diluir o poder alemão, através de uma partilha de responsabilidades, em especial no que diz respeito a uma política monetária europeia que desta forma estaria para lá do hegemónico marco alemão. Do lado alemão, o governo conservador estava preocupado em reafirmar o continuado compromisso com um processo de integração que tinha servido bem os interesses industriais, apaziguando os vizinhos em relação às intenções da nova Alemanha e extraindo deles concessões em relação a um arranjo, a UEM, que impediria agora desvalorizações cambiais prejudiciais aos decisivos sectores exportadores alemães. O governo alemão persuadiu o todo-poderoso e relutante *Bundesbank*, através da transplantação para a escala europeia da sua cultura económica, monetarista e ordoliberal, baseada na prioridade única ao combate à inflação, da criação de uma quase-moeda mundial forte, o que servia e serve os interesses dos credores financeiros, bem representados na economia política alemã.

A prioridade política dada à UEM pelo diretório das grandes potências, num contexto de dinâmica de integração, igualmente conduzida a partir de Bruxelas, foi facilitada por um consenso ideológico, de matriz neoliberal, partilhado pelos protagonistas nas suas grandes declinações e deliberações institucionais: um banco central independente, proibido de financiar os défices orçamentais dos Estados nacionais e sem um Tesouro na mesma escala; uma aposta na expansão das forças de mercado, em especial dos mercados financeiros, aos quais foram confiados papéis sem precedentes históricos; uma enorme confiança em que os ajustamentos face a eventuais crises seriam cada vez mais simétricos e poderiam ser realizados essencialmente pelas forças de mercado; um modo de pensar não só antissocialista, mas sobretudo antikeynesiano, inscrito em regras adicionais, como as da convergência nominal rumo ao euro e as do controlo permanente dos défices orçamentais e da dívida no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Tais deliberações fingem ignorar que o défice

e a dívida são sobretudo variáveis endógenas, dependentes de um andamento económico, de resto cada vez mais medíocre.

Mais do que incompleta, como agora reconhece a sabedoria convencional, a arquitetura da UEM refletia o triunfo pleno de uma ideologia. Esta confiava plena e explicitamente nos ajustamentos através da deflação salarial, da quebra relativa do salário direto e indireto, também conseguida por alterações regressivas na legislação laboral, e da mobilidade de pessoas, ou seja, através do trabalho pensado de novo como uma mercadoria, à imagem e semelhança dos ajustamentos do padrão-ouro de triste memória na década de 30 (Polanyi, 1944). O triunfo do princípio da concorrência era geral, aplicando-se não só entre empresas e trabalhadores, mas também entre formações sociais nacionais. Neste último caso, o programa hayekiano de regulação assimétrica e o seu viés neoliberal far-se-iam sentir. Sem instrumentos de política económica, restava aos Estados ajustarem o seu modelo social num contexto de crescimento medíocre e de desemprego de massas.

Em termos de economia política, esta ideologia, com inscrição institucional na escala europeia, não pode ser desligada do protagonismo político, sublinhado com ampla evidência empírica por van Apeldoorn (2002), das frações mais extrovertidas do capital financeiro europeu, bancário e industrial. Apesar das suas ancoragens nacionais, naturalmente preponderantes no centro europeu, mas também com expressões nas periferias, estas frações viam num continente económica e monetariamente unificado uma oportuna rampa para as suas operações cada vez mais globais. Bruxelas e Frankfurt revelar-se-iam as adequadas capitais do grande capital europeu, tendo a primeira tantos ou mais lobistas a partir de certa altura do que Washington. O euro surge assim como um projeto geopolítico e de classe baseado numa moeda quase-mundial (Lapavitsas, 2013).

Entretanto, duas décadas depois de Nicolas Kaldor, Wynne Godley, economista keynesiano britânico também na tradição de Cambridge, fazia, logo em 1992, num breve ensaio, um diagnóstico da obra que a Comissão Delors tinha realizado no decisivo Tratado de Maastricht. Vale a pena citá-lo longamente:

A ideia central do Tratado de Maastricht é a de que os países da Comunidade Europeia devem avançar para a união económica e monetária, com uma moeda única gerida por um banco central independente. Mas como é que a restante política económica deve ser conduzida? Como o Tratado não propõe qualquer instituição para lá do banco europeu, os seus patrocinadores têm de presumir que nada mais seja necessário. Mas isto só seria correto se as economias modernas fossem sistemas

autorregulados sem necessidade de qualquer gestão [...] [O] poder de emitir a sua própria moeda, de recorrer ao financiamento do seu próprio banco central, é a principal dimensão da independência nacional. Se um país perde este poder, é reduzido ao estatuto de uma autoridade local ou de uma colónia. As autoridades locais e regionais não podem desvalorizar, mas também não podem financiar-se através da criação monetária, enquanto os outros métodos de financiamento estão sujeitos a regulação central. [...] Se um país não pode desvalorizar e não recebe transferências orçamentais niveladoras, então nada deterá um processo cumulativo de declínio terminal, culminando, no fim, na emigração, como única alternativa à pobreza e à fome. (Godley, 1992, p. 3)

Este diagnóstico e prognóstico revelar-se-iam certos, tanto mais que um desenvolvimento iria fazer sentir os seus efeitos perversos: as sucessivas rondas de alargamento, que aumentaram a heterogeneidade desta formação política supranacional, agora com mais desigualdades internas do que os EUA, mas sem mecanismos compensadores relevantes, e os choques assimétricos gerados por crises cada vez mais intensas.

PORTUGAL, PORTUGAL: DE QUE É QUE ESTÁS À ESPERA?

No pós-guerra, o Estado fascista português teve uma participação na integração capitalista ocidental, primeiro no quadro do Plano Marshall e da OTAN, logo em 1948 e 1949, depois no quadro da EFTA, em 1960, e, finalmente, no quadro de uma ligação económica forte ao Mercado Comum, no início dos anos 70. Esta integração tinha no autoritarismo político uma limitação formal, mas que nunca impediu o estabelecimento de laços económicos e diplomáticos intensos com o centro capitalista no quadro da Guerra Fria. Desconfiando justamente da “Europa dos Trusts”, fórmula usada em certa altura pelo Partido Socialista, em linha com a restante oposição democrática, a democracia portuguesa cultivou, na fase de rutura revolucionária inicial, uma certa ambiguidade em relação à integração europeia. Esta foi rapidamente descartada com a derrota do socialismo como projeto para a qual a última também terá contribuído.

Neste contexto, a campanha “A Europa Connosco” do Partido Socialista, em 1976, precedendo o pedido de adesão à CEE, passou a simbolizar o esforço para fazer desta uma âncora de uma certa ideia de capitalismo democrático, já então em crise. A adesão concretizar-se-ia em 1986, precisamente na fase de vigorosa neoliberalização europeia. A economia política do cavaquismo é incompreensível fora deste quadro: das privatizações maciças, incluindo

uma banca que passou de pública a privada, com exceção da Caixa Geral de Depósitos, à eliminação total dos controlos de capitais, em 1992, no quadro do compromisso com o mercado único e com a emergente UEM. Ao mesmo tempo, o país beneficiou de fundos estruturais para a sua modernização infraestrutural, no contexto de uma limitada tentativa europeia de conter as forças da polarização no quadro do alargamento a sul, ao mesmo tempo que comprava uma adesão ativa das elites económicas e políticas locais e uma adesão passiva da maioria da população a este projeto (Streeck, 2013).

Num contexto que foi de convergência socioeconómica e institucional, apesar das desigualdades abissais internas, em linha com um fenómeno global em algumas semiperiferias do sistema mundial – da Irlanda à Coreia do Sul –, cultivou-se a ideia, absolutamente consensual entre as elites, de que o país teria de acompanhar todos os passos da integração, incluindo a adesão à moeda única: era o tempo do famoso pelotão da frente. Esta escolha estratégica parecia óbvia num momento em que o país estaria a beneficiar de uma firme inserção nos circuitos financeiros internacionais, a partir dos anos 90, num contexto de expansão do sistema financeiro nacional, com taxas de juro inusitadamente baixas¹³.

Portugal teve nesta fase uma parte do seu crescimento puxada por uma bolha de construção, que beneficiou deste novo ambiente financeiro, mas que começou a esvaziar logo na viragem do milénio. Ao contrário das restantes periferias europeias, Portugal não assistiu à formação de bolhas de preços significativas nos ativos, como aconteceu em Espanha, por exemplo, sobretudo nos primeiros anos do milénio, entretanto implodidas com a crise financeira internacional iniciada em 2007-2008. Isto significou que o euro esteve aqui associado, de resto como em Itália, a uma estagnação até à crise iniciada em 2007-2008, mas acompanhada, ao contrário de Itália, de continuados défices na balança corrente, ou seja, de um crescente endividamento externo: em paralelo com a Itália, só mesmo um círculo vicioso feito de problemas nas finanças públicas, parcialmente delatados à custa do crescimento da procura agregada. Uma situação, sem precedentes históricos, de integração crescentemente dependente e que muito se deveu à sobreapreciação do escudo que precedeu a adesão a um

¹³ Esta inserção financeira e os seus efeitos benéficos constituíram o principal argumento para a adesão ao Euro, desenvolvido no principal estudo, encomendado pelo Ministério das Finanças, sobre tal escolha (Barbosa, 1998). Na realidade, como se argumenta de forma detalhada em Rodrigues *et al.* (2016), esta inserção foi um elemento decisivo da chamada financeirização do capitalismo semiperiférico em Portugal e dos seus efeitos deletérios expostos brevemente mais à frente.

euro estruturalmente forte e ao perfil dos grupos económicos privados emergentes neste contexto, concentrados nos sectores dito não transacionáveis, de que a construção foi um exemplo até à viragem do milénio. O país abdicou de instrumentos de política económica num contexto de globalização crescente, também fabricada por uma UE cada vez mais alargada e por uma China que colocava pressões em países como Portugal e a Itália, embora a sua adesão à Organização Mundial do Comércio criasse uma situação comercial altamente favorável para países com uma outra especialização produtiva, como foi o caso da Alemanha (Rodrigues & Reis, 2012)¹⁴.

Registou-se então um dualismo cada dia mais insustentável em Portugal: a liberalização, a privatização e a perda de instrumentos de política económica foram acompanhadas e legitimadas por uma desigual modernização dos padrões de consumo, oleada pelo endividamento entre os grupos mais desafogados, e pela manutenção do Estado social, mesmo que ainda longe dos padrões europeus. A variedade medíocre de capitalismo que se consolidou puxada pelo euro tornou-se cada vez mais incompatível com o Estado social. Sobretudo num contexto de crise, foram cada vez mais poderosas as forças sociais nacionais e europeias a querer resolver esta incompatibilidade através da destruição do Estado social, em vez de se modernizar a economia, o que requereria outro enquadramento europeu e instrumentos de política na escala nacional, onde se situam a democracia e o Estado social. Ainda antes da Troika, a austeridade larvar, a reforma da segurança social regressiva de 2006 ou as sucessivas alterações à legislação laboral num sentido favorável ao patronato tinham sinalizado uma direção política que não cessaria de se aprofundar.

Como compreender agora a força deste projeto? Em síntese, através dos mecanismos identificados, logo em 1992, pelo já referido Wynne Godley, agravados por um contexto de crise, iniciada em 2007-2008 e só com precedentes na Grande Depressão: os países periféricos europeus têm um estatuto económico de semicolónias. E isto no meio de uma crise, iniciada em 2007-2008 e nunca totalmente ultrapassada, que, segundo a teoria neoliberal na base dos arranjos da UE, não deveria ter acontecido; uma crise com origens transatlânticas, ou seja, com responsabilidades partilhadas entre a UE e os EUA, mas com efeitos mais severos na primeira, já que os segundos dispunham de todos os instrumentos de um Estado soberano para lhe dar resposta,

¹⁴ Como sublinha Frieden (2006), se durante muito tempo ainda se discutiu seriamente se a integração regional era um escolho (*stumbling block*) ou uma expressão da globalização (*building block*), experiências como a europeia confirmaram claramente a validade da segunda tese.

evitando a repetição de 1929. A crise foi uma crise da financeirização, ou seja, do crescimento dos motivos, mercados e agentes financeiros, inexplicável fora do contexto de globalização financeira e da sua cada vez mais gigantesca cadeia de dívidas e de créditos, alimentando bolhas especulativas que rebentam mais tarde ou mais cedo. Na UE, em geral, e na Zona Euro, em particular, não foi diferente, mas o desenlace tem sido pior por razões que podem ajudar a ir às raízes deste arranjo.

De facto, a integração económica e financeira, indissociável da UEM, manifestou-se primordialmente no afluxo de capitais, sob a forma de crédito, para as mais atrativas periferias europeias, em termos de rendibilidade potencial, devido também à desapareção do risco cambial. Trancadas numa moeda forte, sem instrumentos de política, estas tenderam a acumular défices de balança corrente e uma dívida externa em euros, as contrapartidas necessárias ao recebimento de crédito. Do outro lado do que foi e é uma relação social internacional, o centro europeu, em especial os bancos alemães, acumularam créditos, fenómeno indissociável dos superávites de balança corrente da Alemanha.

Emergiu então um padrão devedor-credor no contexto de uma moeda que era, na perspetiva dos devedores, estrangeira, ou seja, não controlada pelos seus bancos centrais (Rodrigues *et al.*, 2016). Com variedades de capitalismo distintas, com países em distintos níveis de desenvolvimento mas partilhando uma mesma moeda, este padrão é a expressão financeira de relações cada vez mais assimétricas. Com o desencadear da crise, e o inevitável aumento dos défices públicos, a periferia foi colocada numa posição insustentável, dependendo dos mercados financeiros, em pânico para se refinarciar, já que os países tinham prescindido dos seus bancos centrais e o BCE estava proibido de emprestar aos Estados. Sem poderem desvalorizar as moedas, sem bancos centrais próprios, a periferia, incluindo Portugal, ficou sujeita a ver a história a ser escrita pelos credores e pelos seus interesses. Foi então montada, a começar pela Grécia, uma operação de salvamento público dos bancos privados do centro europeu, altamente implicados na periferia, através do financiamento oficial dos Estados em dificuldades. Surge neste contexto a Troika – FMI, BCE e CE –, ou seja, a confirmação de que o Consenso de Washington, o da austeridade e da neoliberalização, tinha sido mesmo resgatado pela integração europeia. Na realidade, era bem pior do que isso, já que a opção de desvalorização cambial nem sequer estava agora disponível.

O que se seguiu foi, em particular na Grécia, uma crise mais longa do que a registada na Grande Depressão. E em Portugal? Foi como na Grécia, mas com um formato diferente, já que também os países que perderam grande parte da

sua soberania são infelizes de formas diferentes. Portugal registou uma crise severa, com a taxa de desemprego a atingir o dobro do máximo histórico antes do euro, mas menos profunda do que a crise grega. Ao contrário da Grécia, que cresceu até 2007, Portugal estava já estagnado¹⁵. Se analisarmos a trajetória destas duas economias periféricas nas últimas duas décadas, constatamos que globalmente ambas tiveram um longo período de divergência face ao centro. Em Portugal, temos igualmente um capitalismo sem acumulação de capital, já que o investimento, em percentagem do PIB, caiu para quase metade do seu valor antes do euro e a sua recuperação dos últimos anos é tépida. Entretanto, a quebra de rendimentos induzida, colocou problemas de incumprimento de crédito a famílias e a empresas, já que a dívida num quadro de deflação iminente vê o seu valor aumentar em termos reais. Com todas as diferenças de resiliência institucional dos Estados respetivos, e não tendo sofrido uma operação deliberada de estrangulamento do seu sistema bancário como a Grécia, uma parte importante da banca dita privada portuguesa teve de ser resgatada pelo Estado português¹⁶. O sistema bancário português foi uma cobaia para testar a União Bancária em construção, permitindo que em Portugal se aplicasse, por exemplo no Banif e no Novo Banco, o princípio europeu do ‘pagam, mas não mandam’, ou seja, os contribuintes nacionais pagam, como sempre acabam por pagar, pelos desmandos dos bancos, mas o capital estrangeiro fica com um maior controlo de um sistema assim mais vulnerável. A Caixa Geral de Depósitos (CGD), por sua vez, mantém-se como banco nominalmente público, mas o quadro regulatório europeu garante que é ainda mais intensamente compelida a comportar-se como se fosse um banco privado. Numa próxima crise, tudo será pior, já que o capital financeiro estrangeiro é mais volátil do que o nacional.

Com a Troika entre 2011 e 2014, e para lá dela, o projeto de transformar Portugal numa espécie de Florida da Europa ganhou literalmente terreno, assente no nexa imobiliário, turismo e finança internacional, com uma componente crescente de consumo conspícuo internacional, um padrão de

¹⁵ Portugal pode ser visto como um indicador avançado do fenómeno da estagnação secular que atinge o capitalismo nas suas fases mais financeirizadas e desiguais.

¹⁶ É preciso não esquecer que o BCE patrocinou, através do congelamento do financiamento, uma operação sem precedentes históricos de desestabilização deliberada da banca grega, no contexto do embate do governo grego Syriza-ANEL com as instituições europeias. Isto aconteceu porque o BCE não é o Banco da Grécia, antes funcionando como um banco central estrangeiro num país sem soberania monetária e por isso com uma democracia limitada, o que ajuda a explicar o desenlace do embate.

especialização que tende a gerar baixos salários e enormes desigualdades socioeconómicas¹⁷. O emprego criado nos últimos anos concentrou-se em sectores de baixos salários, num contexto de menores direitos laborais (graças à reforma laboral da Troika), correspondendo a um processo, indissociável do euro e acentuado pela Troika, de regressão estrutural, ou seja, de especialização crescente em sectores com menor potencial de inovação e de ganhos de produtividade, garantindo a perpetuação da subalternidade económica.

Entre 2015 e 2019, vigorou em Portugal uma inédita solução política em que um governo minoritário do PS contou com o apoio parlamentar dos partidos à sua esquerda, mantendo os seus compromissos de sempre com a integração europeia e as suas regras. Tratou-se, apesar disso, do primeiro governo em décadas que não esteve comprometido com qualquer processo de privatização formal, gozando de um amplo apoio popular, num contexto de expectativas políticas ainda muito diminuídas pelos anos de chumbo anteriores. Afinal de contas, também não esteve comprometido com qualquer das muitas nacionalizações necessárias ou com a reversão da redução dos direitos laborais do tempo da Troika. Esta adaptação das expectativas – o profético ‘aguenta, aguenta’, formulado por um banqueiro no pico da crise – não pode ser desligada de estruturas europeias de constrangimento, incluindo as associadas ao euro, que parecem impossíveis de remover. O governo operou então uma verdadeira quadratura do círculo político: ganhou confiança em baixo, cá dentro, e em cima, lá fora, em particular junto das elites do poder europeu que lhe eram inicialmente claramente hostis, mas que acabaram por aceitá-lo. Tal deveu-se também à crise política em câmara lenta na UE, que teve no resultado do referendo no Reino Unido um momento importante, indicando aí o grau de desafeição popular em relação à integração supranacional.

Entretanto, ao viabilizar o governo, as forças socialistas fizeram o que, convocando Walter Benjamin, tem de ser feito em tempos trágicos, ensombrados pelo desaparecimento de qualquer horizonte de alternativa, como se viu na Grécia: usar o travão político de emergência, parando temporariamente o comboio da história nacional que se dirigia para o abismo. No nosso contexto histórico, este seria o dos cortes, privatizações e redução dos direitos laborais sem fim. O problema é que o comboio não fica parado muito tempo e não

¹⁷ Ainda antes de ascender ao cargo de economista-chefe do FMI, entre 2008 e 2015, Olivier Blanchard já tinha explicitamente defendido o “modelo Florida” para Portugal, acompanhado da redução dos salários, num influente artigo que resultou de um estudo encomendado pelo Ministério das Finanças (Blanchard, 2007).

há instrumentos de política para alterar a sua trajetória, nem por enquanto capacidade para os recuperar.

Em contraste com o declínio significativo da social-democracia europeia, e sem fazer qualquer tipo de ruturas ideológicas, o PS conseguiu até ver manter-se como força dominante a partir do centro-esquerda herdeiro da Terceira Via e do mais intenso europeísmo. É claro que para esta situação política de quadratura do círculo contribuiu materialmente, nunca é demais repeti-lo, uma conjuntura externa temporariamente distendida: das taxas de juro historicamente baixas, garantidas por um Banco Central Europeu apostado em fazer de tudo para garantir o capital investido na perpetuação do euro, à recuperação cíclica das principais economias, passando pelos crescentes fluxos turísticos que Portugal capta, em parte graças à instabilidade política de destinos rivais, até ao abundante capital financeiro que circula internacionalmente e que vê no vasto património imobiliário nacional uma oportunidade para um investimento relativamente rentável, mesmo que à custa do direito à habitação em alguns grandes centros urbanos.

O governo apostou no respeito mais do que escrupuloso por regras orçamentais crescentemente draconianas, dando a cara pela redução do investimento público nacional para valores mínimos na história da democracia, o que tem impacto em múltiplas áreas, incluindo a incapacidade de oferecer soluções para a nova questão da habitação (Santos, 2019). Portugal é de resto, na União Europeia, o país com menos emprego público, em percentagem do emprego total, e com o investimento público, em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB), mais baixo. Os serviços e bens públicos continuam sob pressão. O défice orçamental mais baixo da democracia só não implicou sacrifícios equivalentes aos do tempo da Troika porque se trata de uma variável em grande medida endógena, ou seja, dependente do ritmo de andamento da economia. O crescimento económico registado, também à boleia da recuperação económica europeia, permitiu aliviar uma pressão que, devido às regras austeritárias dos tratados europeus, é constante. Nestes anos registou-se um quase desaparecimento da discussão em torno da reestruturação da dívida, em particular pública, por iniciativa do país. A combinação de saldos primários (antes do pagamento de juros) positivos, com taxas de juro por agora baixas, num contexto de crescimento económico, com antecipação de pagamentos da dívida ao FMI, permitem criar a ilusão conjuntural de que a opção da renegociação e reestruturação da dívida por iniciativa do país pode ser evitada, com todas as decorrências que daí advirão, incluindo a necessidade de nos prepararmos para a saída do euro.

PARA CONCLUIR: QUE FAZER?

Uma incursão, ainda que breve, pela situação nacional no contexto da UE permite-nos facilmente concluir que as circunstâncias económicas de cada país são específicas, o mesmo se passando com as suas dinâmicas políticas. Os processos de integração supranacional não garantem qualquer convergência, antes pelo contrário. A política que conta continua a estar na escala onde ainda estão as formas institucionais da democracia, por muito esvaziadas que estejam, e as resilientes identidades populares. É hoje claro que não é possível prometer reverter politicamente o regime austeritário agindo politicamente na escala supranacional, e a experiência da chamada União Bancária confirma, uma vez mais, que qualquer solução de tipo federal é não só inviável, porque as opiniões públicas do centro não desejam ser oneradas com transferências orçamentais para as periferias, como indesejável, porque tal significa uma ainda maior abdicação de soberania democrática para instâncias supranacionais opacas e sem escrutínio.

Qualquer solução – o tal ‘que fazer?’ – tem de ser pensada a partir da história económica e política dos séculos XX e XXI, sabendo nós que a história é recorrência e novidade. Sem a imaginação nacional e popular a funcionar para democratizar a economia, e sem os instrumentos que lhe dão tradução material, o campo fica livre para a viciosa imaginação da extrema-direita. E não é possível sair deste colete de forças, só conjunturalmente aliviado, sem uma combinação de reestruturação da dívida, controlo de capitais à escala nacional e recuperação de outros instrumentos de política económica – cambial, orçamental, monetária ou industrial –, adaptados às circunstâncias de cada país. Os exemplos das trajetórias da Islândia e da Grécia, dois países pequenos com enquadramentos externos muito diferenciados, confirmam esta tese, assinalando que a UE, em geral, e a Zona Euro, em particular, são hoje um obstáculo ao desenvolvimento, porque são um obstáculo à mobilização dos tais instrumentos sem os quais, de resto, não há escolha democrática.

Mas, mais do que dar indicações concretas sobre a recuperação de instrumentos de soberania económica, é preciso compreender que é necessário articular um nacionalismo progressista com um internacionalismo que o apoie, o que exige uma rutura com os hábitos intelectuais europeístas prevalentes entre as elites intelectuais e políticas. A melhor forma de o fazer seria, na esteira de Streeck (2013), dismantelar a moeda única e o mercado único, e logo a política económica tendencialmente única, e construir uma integração a várias velocidades, de menu, respeitadora das vontades dos diferentes

povos dos Estados democráticos, do centro e da periferia. Se não forem as forças progressistas a protagonizar tal projeto, a história indica-nos que será a imaginação das direitas a fazer outros trabalhos políticos.

As crises económicas e o lastro que deixam são oportunidades, não são desfechos certos. Desfecho certo, talvez só o seguinte: uma estrutura de integração notavelmente parecida, em alguns dos seus mecanismos institucionais, com o projeto idealizado por Hayek produzirá sempre resultados neoliberais, ou seja, uma distopia de mercado prenhe de todos os monstros políticos.

REFERÊNCIAS

- Anderson, P. (2009). *The New Old World*. Londres: Verso.
- Barbosa, A. P. (1998) (Ed.). *O impacto do euro na economia portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Bieling, H.-J., Jäger, J., & Ryner, M. (2016). Regulation theory and the political economy of the European Union. *Journal of Common Market Studies*, 54, 53-69. <https://doi.org/10.1111/jcms.12331>.
- Blanchard, O. (2007). Adjustment within the Euro. The difficult case of Portugal. *Portuguese Economic Journal*, 6(1), 1-21. <https://doi.org/10.1007/s10258-006-0015-4>.
- Bonefeld, W. (2012). Freedom and the strong State: On German ordoliberalism. *New Political Economy*, 17, 633-656. <https://doi.org/10.1080/13563467.2012.656082>.
- Cafruny, A., & Ryner, M. (2007). *Europe at Bay. In the shadow of US hegemony*. Boulder: Rienner.
- Comissão Europeia (1989). *Report on Economic and Monetary Union in the European Community* (The Delors Report). Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities.
- Delaume, C. (2014). *Europe: Les États désunis*. Paris: Michalon.
- Denord, F., & Schwartz, A. (2010). L'économie (très) politique du traité de Rome. *Politix*, 89, 35-56. <https://doi.org/10.3917/pox.089.0035>.
- Durand, C. (2014). What is Europe? *The Cyprus Review*, 26, 37-62.
- Ferreira, J. M. (2014). *Não há Mapa Cor-de-Rosa – História (mal)dita da integração europeia*. Lisboa: Edições 70.
- Fitoussi, J. P. (1997). *O debate tabu. Moeda, Europa, pobreza*. Lisboa: Terramar.
- Frieden, J. (2006). *Global Capitalism. Its fall and rise in the twentieth century*. Nova Iorque: Norton.
- Fukuyama, F. (1989). The end of History. *The National Interest*, 16, 3-18.
- Gaspar, V. (2007, agosto). *Ajustamento e participação na área do euro*. Comunicação apresentada na Universidade de Verão do Partido Social Democrata, Castelo de Vide. Retirado de <http://uv2007.redeuv.com/actas.asp?indice=50>.

- Gaspar, V. (2014, 17 de fevereiro). Vítor Gaspar: é “insultuoso” pensar que fui o quarto elemento da troika. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/politica/noticia/vitor-gaspar-e-insultuoso-pensar-que-fui-o-quarto-elemento-da-troika-1623945?page=2>.
- Gerber, D. (1994). Constitutionalizing the Economy: German neo-liberalism, competition law and the “new” Europe. *American Journal of Comparative Law*, 42, 25-84.
- Gillingham, J. (2003). *European Integration, 1950-2003: Superstate or New Market Economy?* Cambridge: Cambridge University Press.
- Glyn, A. (2006). *Capitalism Unleashed. Finance, globalization and welfare*. Oxford: Oxford University Press.
- Godley, W. (1992, outubro). Maastricht and all that. *London Review of Books*, 8, 3-4. Retirado de <http://www.lrb.co.uk/v14/n19/wynne-godley/maastricht-and-all-that>.
- Hayek, F. (1944/2009). *O caminho para a servidão*. Lisboa: Edições 70.
- Hayek, F. (1948). The economic conditions of inter-state federalism. In F. Hayek (Ed.), *Individualism and Economic Order* (pp. 255-272). Chicago: University of Chicago Press.
- Hobsbawm, E. (1994). *The Age of Extremes – The short twentieth century 1914-1991*. Londres: Michael Joseph.
- Holman, O. (2004). Asymmetrical regulation and multidimensional governance in the European Union. *Review of International Political Economy*, 11, 714-735. <https://doi.org/10.1080/0969229042000279775>.
- Judt, T. (2010). *Ill Fares the Land*. Londres: Allen Lane.
- Kaldor, N. (1978). The dynamic effects of the Common Market. In N. Kaldor (Ed.), *Further Essays on Applied Economics* (pp. 187-207). Nova Iorque: Holmes & Meier Publishers.
- Kniajinski, V. (1988). *A integração europeia ocidental*. Lisboa: Edições Avante.
- Lapavistas, C. (2013). *Profiting without Producing. How finance exploits us all*. Londres: Verso.
- Mazower, M. (1998). *Dark Continent*. Londres: Penguin.
- Milward, A. (1992). *The European Rescue of the Nation-State*. Londres: Routledge.
- Mirowski, P. (2009). Postface: defining neoliberalism. In P. Mirowski & D. Plehwe (Eds.), *The Road from Mont Pèlerin – The making of the neoliberal thought collective* (pp. 417-455). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Monedero, J. C. (2012). El programa de máximos del neoliberalismo: el Informe a la Trilateral de 1975. *Sociología Histórica*, 1, 289-310.
- Moss, B. H. (2005). Introduction: the EU as a neo-liberal construction. In B. H. Moss (Ed.), *Monetary Union in Crisis. The European Union as a neo-liberal construction* (pp. 1-25). Nova Iorque: Palgrave.
- Müller, J.-W. (2011). *Contesting Democracy. Political ideas in twentieth-century Europe*. New Haven: Yale University Press.
- Papandreou, A. (1977, novembro). Les structures de la dépendance. *Le Monde diplomatique*, 12-13.

- Polanyi, K. (1944). *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 2001.
- Ptak, R. (2009). Neoliberalism in Germany – Revisiting the ordoliberal foundations of the social market economy. In P. Mirowski & D. Plehwe (Eds.), *The Road from Mont Pèlerin – The making of the neoliberal thought collective* (pp. 98-138). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ramaux, C. (2012). *L'État social. Pour sortir du chaos néolibéral*. Paris: Fayard.
- Reis, J., Rodrigues, J., Santos, A. C., & Teles, N. (2014). Compreender a crise: A economia portuguesa num quadro europeu desfavorável. In J. Reis (Ed.), *A economia política do retrocesso* (pp. 21-86). Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, J. (2018). Na sombra de 1989: Economia política internacional depois do fim da história. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Número Especial, 189-216. <https://doi.org/10.4000/rccs.7834>.
- Rodrigues, J. (2019). Ordem espontânea ou engenharia política em grande escala? F. Hayek e a incrustação federal do neoliberalismo. In A. Bento e J. M. Santos (Eds.), *Neoliberalismo, liberdade e governo* (pp. 105-132). Lisboa: Documenta.
- Rodrigues, J. (2020). Chaining and unchaining democratic sovereignty: (supra)national institutions in, and beyond, neoliberalism. *Journal of Economic Issues*, 54, 4, 1055-1070. <https://doi.org/10.1080/00213624.2020.1828728>.
- Rodrigues, J., & Reis, J. (2012). The asymmetries of European integration and the crisis of capitalism in Portugal. *Competition and Change*, 16, 188-205.
- Rodrigues, J., Santos, A. C., & Teles, N. (2016). *A financeirização do capitalismo em Portugal*. Lisboa: Actual.
- Ruggie, J. G. (1982). International regimes, transactions, and change: Embedded liberalism in the post-war economic order. *International Organization*, 36, 379-415. <https://doi.org/10.1017/S0020818300018993>.
- Santos, A. C. (2019) (Ed.). *A nova questão da habitação em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Streeck, W. (2013). *Tempo comprado – A crise adiada do capitalismo democrático*. Lisboa: Actual.
- van Apeldoorn, B. (2002). *Transnational Capitalism and the Struggle over European Integration*. Londres: Routledge.
- Varoufakis, Y. (2016). *And the Weak Suffer what They Must? Europe, austerity and the threat to global stability*. Londres: Bodley Head.
- Williamson, J. (1989). What Washington means by policy reform. In J. Williamson (Ed.), *Latin American Readjustment: How much has happened* (pp. 7-40). Washington: Institute for International Economics.